

O PRECONCEITO EVIDENCIADO NA ESCOLA: A QUESTÃO DA SEXUALIDADE E HOMOSSEXUALIDADE

Maria Luisa da Silva Borniotto – Universidade Estadual do Paraná

Introdução

O artigo apresenta parte do resultado da pesquisa realizada no mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá, defendida em 2002 sob o título “A aparência física e estética dos alunos como determinantes para a exclusão; um olhar preconceituoso do professor no meio escolar?”. Realizamos estudos sobre preconceitos realizados na escola que geram exclusão, em específico, em relação a aparência física e estética dos alunos. Nos deparamos com uma categoria de preconceito que gerou a evasão escola, ou seja, a exclusão de um aluno do 4º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública da cidade de Maringá-Pr, que sofria ataques homofóbicos por seus colegas de sala. Em busca de instigarmos o diálogo com respaldo científico na universidade, neste texto, objetivamos apresentar um breve histórico sobre a homossexualidade na busca de alcançarmos a compreensão de como o fenômeno preconceito, socialmente produzido, tem seus pés estendidos na escola, ora de forma sutil – em sua aparência – ora de forma explícita, ambas bastante cruéis, como o é qualquer forma de preconceito.

Materiais e métodos

Apresentamos neste texto parte dos estudos bibliográficos que tratam sobre a história da homossexualidade e das análises das observações realizadas no mestrado (2002), quando nos deparamos com o preconceito da homofobia, vivenciado por um aluno, na época, com dez anos de idade, do 4º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública da cidade de Maringá-Pr.

Resultados e Discussão

Em nossa análise destacamos o preconceito manifestado nos comportamentos homofóbicos, vivenciado por este aluno, rejeitado e rotulado por seus colegas de sala, principalmente do sexo masculino, com adjetivos

como: “bicha”, “mulherzinha”, “pitibicha”, e, por essa razão, na escola, preferia sempre a companhia dos colegas do sexo feminino. Estigmatizado por esses apelidos, passou a se desinteressar pelos estudos, sendo levado a abandonar temporariamente a escola antes mesmo do final do ano letivo.

Nessa situação de rejeição, este aluno se isolava dos demais, alienando-se de tudo o que acontecia em sala de aula. Muitas vezes queixava-se de algum desconforto físico, como as alegadas dores de cabeça, na verdade desculpa apresentada à professora para não permanecer na sala. Quando tentava participar das aulas, manifestando-se oralmente, era ridicularizado pelos colegas.

As reações apresentadas pelas professoras da sala em relação a tal situação, demonstrou-nos que ambas não sabiam como interagir nesse processo. Uma, as vezes, acabava colocando-o numa situação de vulnerabilidade, solicitando-lhe que viesse até a frente da sala e demonstrasse seus dotes artísticos, o que gerava ainda mais um maior estado de zombaria dentro da sala de aula. A outra, no intuito de preservar o aluno, se eximia de tocar sobre o assunto, de fazer qualquer tipo de comentário. Certamente, a nosso ver, corroborando para uma situação de repressão.

Diante das manifestações dos alunos e das professoras, em relação ao aluno vítima de preconceito, consideramos que o fenômeno evidenciado nesta sala de aula é o preconceito contra a homossexualidade.

O que constatamos em nossas incursões sobre o tema é que a homossexualidade pode ser considerada de diversas formas, entre diferentes nações, pessoas e tempos.

Nas várias épocas históricas, a atitude da sociedade em relação à aceitação da homossexualidade foi das mais variadas. Desde a tolerância absoluta, chegando até, como na Grécia antiga, a se considerar o relacionamento entre dois homens como algo superior à relação homem – mulher. Situação semelhante foi observada em Roma até o advento do cristianismo, quando começou a se inverter, passando o ato sexual entre duas pessoas do mesmo sexo a ser severamente condenado e punido. Entretanto, apesar de altos e baixos, a homossexualidade sempre existiu (SILVA FILHO, 1987, p. 64).

Na Grécia e em Roma, por exemplo, a homossexualidade masculina era aceita e até mesmo estimulada. Muitos gregos e romanos tendiam a acreditar que o amor verdadeiro só poderia existir entre seres do mesmo sexo. O casamento entre um homem e uma mulher se realizava por outros sentimentos, como amizade, respeito e gratidão (CHAUI, 1984). O homem livre do sexo masculino era política e socialmente valorizado e desempenhava um papel ativo em todas as relações que estabelecia. A mulher era considerada inferior ao homem, mantendo sempre um papel passivo, tanto nas relações sexuais como na vida social. Percebemos que nessas sociedades a situação masculina e a feminina eram totalmente assimétricas. A mulher permanecia presa à fidelidade conjugal e sua relação sexual com homens servia apenas para a procriação. O homem poderia, sem nenhuma restrição, estabelecer relações sexuais com mulheres e homens. Um aspecto a ser ressaltado é que na Grécia, o homem, na qualidade de homem público, precisava necessariamente relacionar-se com os rapazes, os mais jovens (CATONNÉ, 2001).

As relações homossexuais estabelecidas entre um homem livre adulto e um homem livre jovem, na Grécia e em Roma, configuravam a passagem do homem de sua minoridade para a maioridade, adentrando a uma vida adulta, política e social; ou seja, era então que um jovem se tornava cidadão. “Esta relação pederasta é valorizada, pois constitui um processo integrador à cidade, pela aprendizagem de um papel político, ele próprio valorizado” (CATONNÉ, 2001, p. 38). O homem livre e jovem, por ter pouca idade, e o escravo, por sua condição de submissão, desempenhavam um papel de passividade nas relações sexuais. O padrão de sexualidade dessas sociedades se desenvolvia da seguinte forma:

[...] O jovem, pela idade, podia ser livre e “passivo” sem desonra; o escravo, por sua condição desonrosa, só podia ser “passivo”, mas um homem livre adulto que se prestasse a uma relação hemofílica no papel “passivo” era considerado imoral e indigno. [...] Não porque houvesse impossibilidade biológica, anatômica, animal para essa relação e sim porque contrariava a natureza do homem livre adulto, isto é, do *cidadão* (CHAUI, 1984, p. 23).

Segundo Catonné (2001), nessas sociedades, as relações homossexuais entre os homens não possuem o mesmo sentido que costumamos empregar atualmente. “[...] Não há homossexualidade grega, no sentido moderno que damos a esta noção. Para o homem, o desejo sexual, desde que seja ativo, pode voltar-se tanto para o sexo oposto como para o seu próprio sexo” (p.38).

O padrão de sexualidade estabelecido pela sociedade dos tempos modernos é a da heterossexualidade. O normal e o correto das relações sexuais são aquelas desenvolvidas entre seres de sexo oposto e nunca entre seres do mesmo sexo. A homossexualidade é vista como uma aberração da natureza humana, assim como tudo aquilo que é divergente, diferente dos padrões aceitos pela moral dominante e que, constantemente, está sendo objeto de rejeição. E, “[...] na raiz dessa intolerância, dessa contradição, está o preconceito sexual que faz com que certos comportamentos sexuais divergentes sejam considerados errados, já de antemão” (GOLDBERG, 1998, p. 70).

As pesquisas realizadas por Luís Mott (1988), a respeito do sexo cativo e a homossexualidade entre os escravos e senhores na época da escravidão no Brasil, mostram como as punições e os castigos eram realizados pelo tribunal eclesiástico de Portugal instituído no Brasil para investigar e punir crimes considerados em desacordo à fé católica.

Encontramos em nossos estudos que no período colonial a prática da sexualidade entre os fiéis precisava ser minuciosamente relatada durante o ato da confissão religiosa. Neste ato, a prática da homossexualidade era vista como um crime, algo passível de punição. Pessoas que sentiam atração sexual por outras do mesmo sexo eram julgadas e condenadas. Passavam a ser, portanto, “[...] merecedores dos castigos e torturas do Santo Tribunal” (MOTT, 1988, p. 10). Mesmo a sodomia (cópula anal), praticada na relação sexual entre um homem e uma mulher, era visto pelo tribunal como pecado e, portanto, passível de punição. Segundo Mott (1988), era comum, na época da escravidão no Brasil, os senhores do sexo masculino manterem relações homossexuais com seus escravos. Muitos escravos africanos, ao chegarem no Brasil, eram minuciosamente escolhidos por seus senhores, pois tinham por objetivo tê-los para satisfazer suas vontades sexuais. Uma servidão sexual que acontecia

muitas vezes, por meio da coerção e submissão dos escravos que eram obrigados a obedecer a todas as ordens de seus senhores.

Considerações finais

Mesmo depois de mais de vinte anos desta observação, consideramos o debate necessário pois, como podemos observar, a homossexualidade não é algo recente, apresentado apenas na Modernidade, mas a sua existência está datada há muito tempo e a sua prática é experienciada por diferentes sociedades. Desta forma, enfatizamos que seria ilusório pensarmos que a escola, mesmo sendo considerada um importante segmento da sociedade na formação do homem, por si só pudesse mudar a história da produção e da disseminação do preconceito. No entanto, mesmo que a escola, em seu interior, no desenvolvimento de sua função de formação escolar dos alunos, possa se mostrar permeada de preconceitos baseados em uma ideologia pautada pela sociedade capitalista, ainda assim, acreditamos ser possível uma formação que esteja além dessa ideologia. Dependendo do conteúdo teórico-metodológico que o professor venha a utilizar com seus alunos no processo ensino-aprendizagem, ele poderá ou não, estabelecer constantes rupturas na compreensão dos fenômenos humanos.

Referências

BORNIOTTO, Maria L. S. **A aparência física e estética dos alunos como determinantes para a exclusão**: um novo olhar preconceituoso do professor no meio escolar? 2002. 213 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá.

CATONNÉ, Jean – Philippe. **A sexualidade, ontem e hoje**. Tradução: Michele Íris Koralek. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CHAUÍ, Marilena, **Repressão sexual**: essa nossa desconhecida. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GOLDBERG, Maria A. A. **Educação sexual**: uma proposta, um desafio. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA FILHO, Antonio C. P. **Perversões sexuais**: um estudo psicanalítico. São Paulo: EPU, 1987.